

## **Willian Fernandes**

Willian Fernandes, tem seu histórico de atuação e militância ligados as causas sociais. Desde sua formação tem atuado em diversas entidades e órgãos de defesa de direitos humanos, de elaboração e monitoramento de políticas públicas.

Entre os anos de 2006 à 2010 foi o primeiro Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e o primeiro ouvidor externo das instituições jurídicas do país. Foi eleito pela sociedade civil e escolhido pela Defensoria Pública de São Paulo para ocupar este cargo por mais dois mandatos (2018 à 2022).

Neste cargo foi o autor da criação de 3 núcleos especializados aprovados pelo Conselho Superior da DPESP: 1) Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (NUDEM); 2) Núcleo de Combate a Discriminação (hoje Núcleo de Promoção da Diversidade e Igualdade Racial) e 3) Núcleo da Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência (NEDIPED).

Desenvolveu projetos que implementaram e expandiram os espaços de participação social, propôs a criação e foi o primeiro presidente do Colégio Nacional de Ouvidorias de Defensorias Públicas (hoje Conselho Nacional), propôs a regulamentação e organizou a primeira conferência da Defensoria Pública de São Paulo (destinada a ouvir a sociedade para elaboração de um plano anual de atuação), propôs que a sociedade civil pudesse apresentar teses institucionais à Defensoria Pública, propôs a criação do Prêmio Justiça Para Todos/as que reconhece práticas exitosas praticadas pela instituição, dentre vários outros trabalhos. No primeiro quadriênio de existência das Ouvidorias, Willian participou de palestras e seminários em quase todas as Defensorias Públicas do País falando sobre participação social e acesso à justiça, inclusive nos Congressos Nacionais de Defensores/as organizado pela Anadep.

Willian Fernandes é advogado e professor universitário, mestre em gestão e políticas públicas pela FGV/SP e especialista em violência doméstica contra criança e adolescente pela USP.

Também integrou o Conselho Consultivo da Ouvidoria da Polícia de São Paulo, advogou para o Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo - especificamente no combate à violência estatal e tortura, assessorou a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo, coordenou o Conselho da Cidade de São Paulo, presidiu o Conselho Nacional de Ouvidorias de Defensorias Públicas por 2 mandatos, foi consultor para elaboração do relatório final da CPI de Combate a Pedofilia na Alesp e coordenou o Projeto Mais e Melhor Justiça para Todos/as – Por um Reforço Institucional das Defensorias Públicas (projeto realizado pela CJP/SP em parceria com a Anadep e Ouvidoria da DPE/SP).

Como professor atua desde 2016 lecionando para a graduação do curso de direito em disciplinas de Direitos Humanos, Direito Constitucional e Direito Administrativo.